

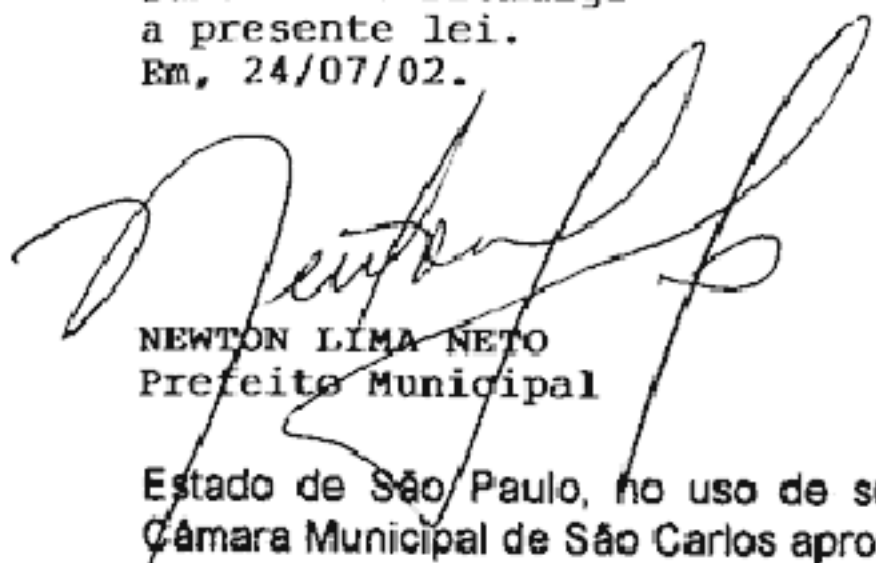


São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

Sanciono e Promulgo
a presente lei.
Em, 24/07/02.


NEWTON LIMA NETO
Prefeito Municipal

Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

LEI Nº 13.033

DE 24 DE julho

DE 2002.

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Transporte Público de São Carlos, autoriza a concessão do serviço de transporte coletivo urbano e rural e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de São Carlos aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Capítulo I

Da Organização do Serviço

Art. 1º - A organização e prestação do serviço local de transporte público competem ao Município de São Carlos.

Art. 2º - A gestão do sistema de transporte público da Cidade de São Carlos será exercida pela Prefeitura Municipal que a exercerá praticando, dentre outros, os seguintes atos:

- a) planejamento e organização dos serviços de transporte público no âmbito municipal;
- b) gerenciamento e fiscalização dos serviços de transporte público no âmbito municipal;
- c) regulamentação, controle da emissão e fiscalização da comercialização de passes, bilhetes e demais meios de pagamentos assemelhados, utilizados no serviço de transporte coletivo;
- d) implantação de soluções que permitam a integração plena dos serviços de transporte;
- e) administração de fundos municipais de transporte e trânsito, na forma da lei;
- f) planejamento, projeto e



Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

São Carlos
Capital da Tecnologia

implantação de terminais, pontos de parada, abrigos, sinalização e outros serviços e/ou equipamentos do sistema de transporte público; e,

g) outras atividades de planejamento, organização, gerenciamento e fiscalização necessárias a operação do sistema de transporte público municipal.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal manterá permanente sistema de controle de qualidade dos serviços prestados pelos operadores de serviços de transporte públicos.

Art. 3º - A Prefeitura Municipal instituirá Conselho de Usuários, na forma de órgão não oficial e não remunerado de participação de usuários, de caráter consultivo como instrumento de acompanhamento da política de transporte do município e de controle social sob sua execução e gestão, incluindo o recebimento de reclamações relativas à prestação dos serviços de transporte coletivo, podendo realizar avaliação periódica da qualidade desses serviços nos limites estabelecidos no § 3º do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 19, e de acordo, ainda, com as diretrizes gerais estatuídas na presente lei e no seu regulamento a ser baixado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 4º - Constituem receitas próprias da Prefeitura Municipal para o exercício das funções relativas a gestão e organização do Sistema de Transporte Público, dentre outras que lhe forem destinadas, as seguintes:

a) as penalidades pecuniárias impostas aos operadores privados de transporte;

b) a receita publicitária em equipamentos do sistema, como terminais, estações e pontos de parada;

c) a remuneração pelo serviço que prestar, inclusive o de gerenciamento do sistema, em valor fixado pelo Executivo Municipal até **2% (dois por cento)** da receita tarifária dos operadores particulares de transporte público;

d) os preços públicos e remunerações cobrados dos operadores particulares de transporte público.

Art. 5º - Pelo não cumprimento às disposições da presente lei, das normas definidas pelo Poder Público e do vínculo jurídico celebrado com o operador, serão aplicadas aos participantes do sistema, as seguintes penalidades:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - retirada do veículo de



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

operação;

infrator;

serviço.

IV - afastamento de funcionário

V - suspensão da operação do

Parágrafo único - As hipóteses de incidência das penas, a respectiva dosagem e imposição serão definidas pelo Poder Público.

Art. 6º - Na execução dos serviços públicos de que trata esta lei, o Poder concedente observará os direitos e obrigações dos usuários, em especial:

I - receber serviço adequado;

II - levar ao conhecimento do poder concedente e da concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço;

III - manter em boas condições os bens públicos através dos quais os serviços lhe são prestados.

Capítulo II

Da Prestação dos Serviços de Transporte Coletivo

Art. 7º - Os serviços públicos de transporte coletivo de passageiros poderão ser explorados e executados diretamente pela Prefeitura Municipal ou por transferência a terceiros através de concessão.

§ 1º - Considera-se transporte coletivo para os efeitos desta lei, os serviços comuns, especiais e seletivos, executados por ônibus, microônibus e semelhantes, à disposição permanente dos usuários, contra a única exigência de pagamento da tarifa fixada pela Prefeitura Municipal.

§ 2º - A concessão dos serviços públicos de transporte coletivo será precedida de ato da Prefeitura Municipal que justifique a conveniência da delegação do serviço, caracterizando seu objeto, área e prazo.

§ 3º - A concessão dos serviços públicos de transporte coletivo será realizada pelo prazo de **10 (dez) anos prorrogável por igual período**, desde que o concessionário tenha obtido avaliação satisfatória dos serviços prestados e não tenha cometido falta grave na prestação dos serviços nos termos estabelecidos no contrato de concessão.



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

§ 4º - Sem prejuízo do que trata este artigo, a Prefeitura poderá utilizar outras formas jurídicas para transferir a execução e/ou exploração dos serviços a terceiros, em caráter emergencial, por tempo não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 5º - Pela concessão do serviço de transporte coletivo, o Poder Público poderá exigir da concessionária:

- I - pagamento de quantia fixa;
- II - pagamento de valor mensal durante o prazo da concessão e eventual prorrogação;
- III - aporte de investimentos no sistema de transporte público.

Art. 8º - Não será admitida interrupção nem a solução de continuidade, ou a deficiência grave na prestação dos serviços de transporte coletivo e seletivo de passageiros, os quais devem estar permanentemente à disposição do usuário.

Capítulo III

Do Processo Licitatório e da Relação Contratual

Art. 9º - O procedimento licitatório observará as normas gerais previstas na legislação federal pertinente, bem como a legislação municipal própria.

Parágrafo único - O Edital de licitação da concessão será elaborado pelo Poder Concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação e especialmente:

- I - o objeto e prazo da concessão;
- II - a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;
- III - os prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;
- IV - prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;
- V - a relação dos documentos exigidos para a demonstração da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;
- VI - as possíveis



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

fontes de receitas alternativas;

VII - os direitos e obrigação do Poder Concedente e da Concessionária em relação a alterações e expansões a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação do serviço;

VIII - os critérios de reajuste e revisão da tarifa;

IX - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;

X - a minuta do respectivo contrato de concessão.

Art. 10 - São cláusulas essenciais ao contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo da Cidade de São Carlos, dentre outras as seguintes:

I - a vinculação ao serviço dos meios materiais e humanos utilizados pelo concessionário;

II - especificação do objeto, área e prazo do contrato;

III - indicação de modo, forma e condições da prestação dos serviços;

IV - indicação de critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

V - determinação do preço do serviço e dos critérios e procedimentos para o reajuste e revisão das tarifas;

VI - determinação dos direitos, garantias e obrigações do poder contratante e da contratada, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;

VII - determinação dos direitos e deveres do usuário para obtenção e utilização do serviço;

VIII - previsão da forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

IX - indicação das penalidades contratuais administrativas a que se sujeitam as concessionárias e sua forma de aplicação;

X - os casos de extinção do



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

contrato;

XI - previsão e determinação de reversão ou não de benfeitorias públicas realizadas à favor dos usuários e do Poder Concedente;

XII - indicação de critérios para o cálculo e forma de pagamento das indenizações devidas ao contratado, quando for o caso;

XIII - condições para prorrogação do contrato;

XIV - obrigatoriedade de prestação de contas da contratada ao poder contratante, sua forma e periodicidade;

XV - exigência de publicação de demonstrações financeiras da contratada;

XVI - foro e modo amigável de solução das divergências contratuais.

Art. 11 - Constituirão encargos do Poder Público, dentre outros:

I - regulamentar o serviço e fiscalizar permanentemente sua prestação;

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

IV - extinguir o contrato, nos casos previstos em lei e no contrato;

V - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta lei, das normas pertinentes e do contrato;

VI - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas do contrato;

VII - zelar pela boa qualidade dos serviços, receber apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados das providências tomadas;

VIII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à contratada, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

IX - declarar de necessidade



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a, diretamente ou mediante outorga de poderes à contratada, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

X - estimular o aumento da produtividade, da qualidade da prestação dos serviços de que trata essa lei, da preservação do meio ambiente e outros; e,

XI - implantar mecanismos permanentes de informações sobre o serviço prestado para facilitar aos usuários e à comunidade o acesso aos mesmos.

Art. 12 - Constituirão encargos do concessionário, dentre outros:

I - prestar o serviço adequado na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II - realizar a comercialização de passes, bilhetes e demais meio de pagamento assemelhados, utilizados no serviço de transporte coletivo na forma definida pelo Poder Público e submetido à sua fiscalização;

III - preencher guias, formulários e outros documentos, ou controles não documentais, como por processamento eletrônico de dados, ligados à operação do serviço, dentro dos prazos, modelos e outras normas fixadas pela Prefeitura Municipal;

IV - elaborar e manter atualizada sua escrituração contábil e os demonstrativos financeiros anuais, conforme legislação que rege a matéria, bem assim prestar contas da receita ao Poder Público dos serviços concedidos;

V - cumprir as normas de operação, manutenção e reparos;

VI - somente contratar pessoal devidamente habilitado e com comprovada experiência para as funções de operação, manutenção e reparos dos veículos;

VII - somente operar veículos que preencham os requisitos de circulação, conforme previstos nas normas regimentais ou gerais pertinentes, assegurando sua integridade;

VIII - implantação e manutenção de melhorias nos equipamentos do sistema de transporte coletivo;

IX - manter em dia o inventário e registro de bens vinculados à contratação, se for o caso;

X - prestar contas da gestão dos serviços ao poder contratante e aos usuários, nos termos definidos no



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

contrato;

normas do serviço e as cláusulas contratuais;

XI - cumprir e fazer cumprir as

XII - permitir a fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, se for o caso; aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, se for o caso; bem como a seus registros contábeis;

XIII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;

XIV - manter seguro contra risco de responsabilidade civil para com terceiros e usuários.

§ 1º - As contratações, inclusive de mão de obra, feitas pelo concessionário serão regidas pelas disposições de direito privado, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o Poder Público.

§ 2º - A Concessionária poderá explorar como receita alternativa propaganda na parte interna do veículo, devendo ser reservado um quinto do espaço para a divulgação gratuita, pelo Poder Público, de assunto de interesse público, vedada a fixação de propaganda político-partidária ou afixar cartazes de candidatos a posto eletivo.

Art. 13 - Extingue-se a concessão por:

I - advento do termo contratual;

II - caducidade;

III - rescisão;

IV - falência ou extinção da empresa concessionária.

§ 1º - Ocorre caducidade quando:

a) se depois de autorizada, a Concessionária não iniciar imediatamente os serviços;

b) em caso de transferência da concessão sem a anuência do poder concedente;

c) por comprovação de incapacidade técnica e/ou financeira da concessionária.

§ 2º - Nos casos previstos nos incisos II, III e IV será sempre assegurado à concessionária os direitos de ampla defesa e devido processo legal.

Capítulo IV

Das Relações Econômicas



São Carlos
Capital da Tecnologia

Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

Art. 14 - Os serviços públicos de transporte coletivo de São Carlos serão remunerados por tarifa fixada pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - A Concessionária obriga-se a assegurar aos idosos a partir de 60 (sessenta) anos de idade e às pessoas com deficiência física, mental ou sensorial e, neste caso, quando absolutamente necessário, também a um acompanhante:

- a) o passe gratuito;
- b) dois lugares reservados à frente, por veículo;
- c) o acesso ao veículo pela porta da frente.

§ 2º - Os alunos do Ensino Oficial de Primeiro e Segundo graus, bem como os estudantes do Ensino Superior, oficial ou particular, do Município, gozarão dos descontos previstos na Lei Orgânica do Município.

§ 3º - As isenções ou reduções tarifárias, além daquelas previstas em lei, obedecerão ao que dispõe a legislação municipal, devendo dispor de fontes específicas de recursos para garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Art. 15 - Sempre que forem atendidas as condições iniciais do contrato ou da autorização, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

Art. 16 - Não haverá qualquer espécie de exclusividade sobre as linhas, ou área ou região de operação, para a concessionária do serviço.

TÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Capítulo Único

Art. 1º - Fica o Poder Executivo incumbido de editar o Regulamento de Operação do Serviço Público Essencial de Transporte de São Carlos.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante licitação, os serviços de operação do Sistema de Transporte Coletivo de São Carlos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data



São Carlos
Capital da Tecnologia

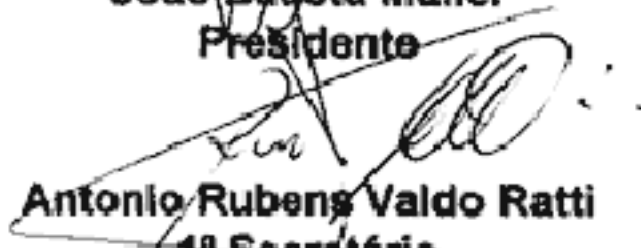
Câmara Municipal de São Carlos

Rua 7 de Setembro, 2.078 - Centro - CEP 13560-180 - São Carlos - SP

de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nºs 10.415 e 10.614.

São Carlos, 17 de julho de 2002.


João Batista Muller
Presidente


Antonio Rubens Valdo Ratti
1ª Secretário